



Políticas Públicas de Educação Integral e intersectorialidade

Dejanira Fontebasso Marquesim ¹

RESUMO

Este trabalho é um artigo com o resultado complementar associado a pesquisa de doutorado realizada na Universidade Estadual de Campinas intitulada Território Educativo e intersectorialidade: das campinas ao noroeste, defendida 2024. Com uma metodologia de pesquisa qualitativa com foco de estudo na região noroeste do Município de Campinas, buscou-se por meio de levantamento documental, entrevistas semiestruturadas e estudo bibliográfico levantar categorias de análise para compreender como a educação integral, a intersectorialidade e o território educativo podem se interrelacionar e potencializar a melhoria da qualidade de vida no território. O estudo demonstrou que a estratégia da intersectorialidade é fundamental para implementação de políticas públicas de educação integral e que o Estado precisa fazer uso de ferramentas atuais para conectar ações, serviços e comunidades, dentre elas, as tecnologias de comunicação e informação.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; intersectorialidade; território educativo; educação integral

INTRODUÇÃO

Num momento em que os direitos são fragilizados a partir da multiplicação de políticas de privatização, o Estado, numa lógica capitalista reduz seu tamanho e, como explicam Dardot e Laval (2016) esse é reestruturado de fora para dentro com as privatizações maciças, e de dentro para fora com a instauração da regulação e controle. Escondido sob o discurso de um Estado ineficaz, moroso e improdutivo se esconde a mercadorização da instituição pública e a progressiva desresponsabilização do Estado pelos direitos sociais.

Celso Henz (2012), seguindo nessa mesma perspectiva aponta que a educação precisa se tornar integral (refere-se a ampliação do tempo) e integradora a fim de

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Caminas - UNICAMP- SP, dejaniraf@gmail.com;





possibilitar o educando os desafios e condições para descobrir-se, assumir-se e ser mais. Para Brandão (2012) em tempos de “cultura de mercado” a invadir a educação, dando-lhe um caráter redutor de funcionalização, urge resgatar a sua função integral e humanizadora.

A experiência das Cidades Educadoras, originária na Espanha e que ganha força a partir da década de 90, introduz um novo olhar para a garantia dos direitos sociais, assumindo o cidadão como inteiro e promovendo que os diferentes espaços políticos, direitos sociais assumam um caráter educativo tratando as políticas públicas garantidoras de direitos como políticas interligadas e educativas abandonando a segmentação das ações, promovendo a intersetorialidade. As cidades expandem para além de suas funções tradicionais, capazes de reconhecer, promover e exercer um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. As diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano².

Educação Integral no Brasil aparece como meta importante (meta 6) no Plano Nacional de Educação lei 13005/2014 e ganha impulso para materializar-se com o Programa Escola em Tempo Integral do Ministério da Educação lançado em 2023, que a partir da pactuação dos municípios, estes precisam desenhar suas políticas de expansão da educação integral.

Pensar a educação integral significa pensar o sujeito como inteiro, completo e para tanto, se faz necessário que a políticas públicas possam ser pensadas de modo a abarcar essa inteireza daí a essencialidade da estratégia da intersetorialidade, como única capaz de como destaca Inojosa (2001, p.105) “muito mais do que juntar setores, é criar uma nova dinâmica para o aparato governamental, com base territorial e populacional.”

Criar a cultura da intersetorialidade nas políticas públicas não é uma tarefa simples e começa por colocar cidadão e serviços, que representam o estado nos territórios, em sintonia, em comunhão de objetivos. Para possibilitar essa interlocução entra as tecnologias de comunicação e informação se constituem é elemento essencial para dar agilidade, amplitude e simultaneidade nas relações. Tratamento de dados, construção de perfis das comunidades, interligação em tempo real de informações estão entra as muitas possibilidades que a TICS podem oferecer ao poder público para tornar a

² Definição dada pelo site Cidades Educadoras disponível no endereço eletrônico: <http://cidadeseducadoras.org.br/conceito/>





intersectorialidade realizável e benéfica para a efetividade destas na transformação da vida do cidadão.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A opção metodológica desta investigação tem seus pressupostos na pesquisa qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994), com utilização de procedimentos metodológicos distintos para coleta, tratamento dos dados e para sua análise, cujo percurso pretende desvelar e auxiliar na compreensão de como as circunstâncias, as experiências de materialização da Educação Integral e o conceito de Território Educativo, os modos como os sujeitos as interpretam podem gerar transformação social. O levantamento bibliográfico, seguido do mapeamento das experiências de Educação e intersectorialidade no Município de Campinas, traçando um perfil dos equipamentos Público e privados presentes na Região Noroeste que pudessem se tornar espaços educativos. As entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes públicos, lideranças comunitárias e formadores ensinaram uma visão da complexidade da realidade territorial de como as políticas chegam nas pontas, nos cidadãos e como podem se redesenhar nesse movimento.

Coletados os dados, através de um conjunto de técnicas interpretativas com o objetivo de construir dados que permitam a compreensão sobre os significados que os acontecimentos têm para os sujeitos da investigação, enfatizando-se a importância da interação e da cultura para a compreensão do todo (Bogdan; Bicklen, 1994). A interpretação dos dados aconteceu durante o processo, à medida que foram sendo recolhidos, gradualmente, sem hipóteses pré-concebidas e concomitantemente foram construídas categorias de análises interpretativas a luz das premissas teóricas adotadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo revelaram que as Políticas Públicas, na atualidade, enfrentam limitações importantes que as fragilizam como: são pensadas e elaboradas numa distância grande da realidade já que partem do poder central; estão num tempo diferente do tempo da vida e da realidade, muitas vezes chegam depois que o problema tornou-se endêmico, por exemplo; trabalham numa lógica de amplitude tendendo a ter as mesmas ações em territórios diferentes, o que na prática desconsidera as especificidades da população atendida; se constroem em lógicas fragmentadas, colocando muitas vezes os serviços e as políticas como concorrentes; desconsideram a população suas demandas





e percepções sobre o problema; e sempre sofrem alterações entre a concepção e a materialização na ponta, o que muitas vezes distorce os seus objetivos.

Para considerar essas fragilidades e buscar uma redução dos seus efeitos, o poder público precisa dispor de estratégias e ferramentas capazes de não só assumir essas fragilidades para reorientá-las de modo a tornar as políticas públicas mais efetivas. A intersetorialidade se coloca como estratégia primordial uma vez que considera os serviços e ações do poder público como conjuntas e compartilhadas, realizadas a partir de objetivos comuns, visando a transformação do território. Agir intersetorialmente significa pensar a comunidade em suas demandas e como cada serviço ou área do poder público pode agir para colaborar com aquela comunidade.

No entanto para agir intersetorialmente, o poder público precisa agir de forma integrada e para isto as tecnologias de informação e comunicação são a principal ferramenta capaz de unir os serviços a partir do compartilhamento de dados e informações, facilitando o acesso e levantamento de dados, agilizando a circulação das informações sobre a comunidade e possibilitando um acompanhamento mais rápido os efeitos das políticas públicas. Outro potencial da TICs está na propagação de informações e também de formações para os cidadãos sobre seus direitos como acessá-los e que forma tais direitos podem promover mudanças em suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer a transformação da vida dos cidadãos por meio da ação do poder público só será efetiva a partir do momento em que as políticas públicas puderem ser construídas para um cidadão inteiro e para um território específico aproximando política e beneficiário.

A intersetorialidade e as TICs hoje se mostram como essenciais nesse processo dado que abarcam características importantes para aproximar, reunir e circular objetivos, interesses e demandas.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em 24/07/2018
- BRASIL. **Gestão Intersetorial no Território**. 2009. Série Mais Educação. 1ª edição. Governo Federal. Disponível em:





http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao.pdf acesso em 24/07/2018

COSTA, Adriano Borges, (Org.) **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

DARDOT, Pierre e LAVAL. Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

HENZ, Celso Ilgo. Paulo Freire e a educação integral: cinco dimensões para (re)humanizar a educação. In MOLL...[et al.] **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempo e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012, páginas 82 a 93.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais**. Educação e Sociedade. Campinas, Vol. 24, p. 47-69, jan/abr, 2006.

MELLO, Roseli Rodrigues de. **Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014

MOLL, Jaqueline (org.). **Os tempos de vida nos tempos da escola: construindo possibilidades**. 2ª edição. Porto Alegre: Penso, 2013.

MOLL, Jaqueline. [et al.]. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempo e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012

NÓVOA, Antonio. **Educação 2021: Para uma história do futuro**. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf acesso em 24/07/2018

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e KAZTMAN, Ruben. **A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capita: FAPERJ, 2008.

